



**MEIO AMBIENTE /** Ministro determina que governo federal mobilize todo o efetivo disponível para conter as queimadas que devastam o Pantanal e a Amazônia. Dá carta branca, inclusive, à abertura de crédito extraordinário que custeie as operações

# Quinze dias para atacar incêndios com força total

» RENATO SOUZA

## Intimações

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, que o governo federal mobilize, em 15 dias, efetivo e estrutura para combater as queimadas que atingem o Pantanal e a Amazônia. A decisão deixa claro que a União deve mobilizar as Forças Armadas, a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional e a fiscalização ambiental para atuar de forma repressiva e preventiva aos focos de incêndio.

Dino permitiu ao governo federal que abra crédito extraordinário — que poderá ser concretizado via edição de medida provisória (MP) — para o combate à devastação ambiental. Tais recursos não são incluídos no cálculo das contas públicas da União.

Na decisão, o ministro defende a necessidade “urgente” de intensificar “com a força máxima disponível” o combate às queimadas. “Observa-se em todo o país, inclusive no Pantanal e na Amazônia, nos últimos dias, a intensificação de queimadas gravíssimas, inclusive com indícios de origem criminosa. Tais fatos configuram danos irreparáveis”, enfatizou.

Dino determinou a intimação, especificamente, dos ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; da Defesa, José Múcio Monteiro; e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. “Não se ignoram os atuais esforços empreendidos por agentes públicos, contudo é fora de dúvida que é urgente intensificá-los, com a força máxima disponível”, salientou.

A decisão faz parte da execução do julgamento das ações de Descumprimento de Preceito Fundamental 743, 746 e 857, apresentadas pela Rede Sustentabilidade e pelo PT, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. A análise das ADPFs foi concluída em 19 de junho.

À época, o plenário do STF determinou que, num prazo de 90 dias, a União apresentasse um “plano de prevenção e combate aos incêndios no Pantanal e na Amazônia, que abarque medidas efetivas e concretas para controlar ou mitigar os incêndios que já estão ocorrendo e para prevenir outras devastações”. Por ter proferido o voto vencedor nessas ações, Dino tornou-se redator do acórdão do julgamento, o que o leva a acompanhar de perto o cumprimento da decisão.

Também foi decidido pelo ministro que em 10 de setembro

Gustavo Moreno/STF



Dino salientou que houve “a intensificação de queimadas gravíssimas, inclusive com indícios de origem criminosa”

haverá uma audiência para a apresentação de resultados. Foram convocados para a reunião a Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União, além dos ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos Povos Indígenas e do

Desenvolvimento Agrário. Participará, também, o ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e coordenador geral do Observatório do Meio Ambiente do Poder Judiciário.

Já a PF divulgou um comunicado, também ontem, em

que afirma que “vem ampliando seus esforços no combate a crimes ambientais, especialmente no que diz respeito aos incêndios florestais que têm devastado biomas como a Amazônia, o Pantanal e outras regiões do país”.

## Vídeo identifica causador de fogo

Um homem de 44 anos, suspeito de colocar fogo em um trecho de vegetação em São José do Rio Preto (SP), foi preso na segunda-feira, depois de ser identificado por uma câmera de segurança da região. As imagens foram exibidas em um telejornal da região e viralizaram nas redes sociais, até que chegaram à Polícia Civil, que abriu inquérito para apurar o crime ambiental.

O vídeo foi capturado na última sexta-feira. Mostra o homem, cuja identidade não foi divulgada, trafegando de motocicleta e abaixando para colocar um objeto no chão. Assim que passa, as chamas começam e se espalham pela mata seca devido à baixa umidade.

Apesar de usar capacete para dificultar a identificação, ele foi detido e levado para a Divisão Especializada de Investigações Criminais usando a mesma motocicleta do dia do crime. De acordo com a polícia, o suspeito disse que quando passou pelo local decidiu atear fogo ao ver o mato seco, mas a suspeita é de que foi pago para fazê-lo.

Até o momento, cinco pessoas foram presas em São Paulo devido aos incêndios.

## TELECOMUNICAÇÕES

Minervino Júnior/CB



Segundo a ministra, jornalismo independente é um pilar da democracia

## Na Abert, Cármem defende imprensa livre

» RAPHAEL PATI

Na reunião do Conselho Administrativo da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), ontem, a ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez uma enfática defesa da liberdade de imprensa. A magistrada salientou que o trabalho independente dos jornalistas é um dos pilares da democracia.

“(Os jornalistas) lutaram para que a voz daqueles que eram calados, que eram silenciados,

pudesse ser ouvida. Não foi por acaso que a Constituição de 1988 estabeleceu como direito fundamental (a liberdade de imprensa) depois de um período de mordada de direitos e da própria condição de pensar e falar o que quisesse”, frisou Cármem, ao dirigir-se a executivos e empresários do setor de tv e radiodifusão.

A ministra acrescentou que, para as eleições municipais, em outubro, espera que haja menos desinformação do que em pleitos anteriores. “Vamos tentar mostrar que somos um povo democrático,

capaz de fazer um processo eleitoral que continue assim, para sempre, exemplar”, propôs Cármem, que também preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A reunião do conselho reeleger Flávio Lara Resende e Roberto Cerro Melão, que ficarão à frente da entidade até agosto de 2025, quando serão implementadas as alterações estatutárias. Os jornalistas estão no comando da Abert desde 2020.

Resende exerce o cargo de diretor-geral do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Por 10

anos, foi presidente da Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal (AVEC-DF). Melão é administrador da Rede Jauru de Comunicação e diretor do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Rio Grande do Sul (SindiRádio-RS). Ele assume o comando da Abert no próximo ano.

O conselho também aprovou um novo formato de governança, com a criação de um Comitê Executivo, a partir de agosto de 2025. Será integrado por cinco conselheiros e pelo presidente da Abert.



ALEXANDRE GARCIA

**LULA FOI LONGE DEMAIS COM MADURO E ESTÁ DIANTE DESSE IMPASSE. LEMBRAM DE QUANDO MADURO IRONIZOU NOSSO SISTEMA ELEITORAL? ESTÁ PAGANDO POR ISSO. NÃO PODE MOSTRAR AS ATAS, PORQUE REVELAM QUE PERDEU**

## Impasse de Lula

Para manter-se fiel aos objetivos do Foro de São Paulo, de apoio às forças esquerdistas da América Latina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva constrange o Itamaraty e o Brasil, ao não acompanhar a reação de 11 governos democratas do continente, que rechaçar “categoricamente” a certificação, pelo Supremo venezuelano, da vitória de Nicolás Maduro, com a proibição de mostrar as atas do Conselho Nacional Eleitoral, “de forma inapelável”. Em outras palavras, em um jogo em que Maduro perdeu, o juiz pegou a bola e decretou a vitória dele, sem direito de mostrar o VAR dos gols.

A Organização das Nações Unidas (ONU), a União Européia (UE),

a Organização dos Estados Americanos (OEA) e 11 países americanos protestaram contra a fraude explícita, mas o Brasil, não. Para Maduro a posição de Lula ficou parecendo traição. E para Daniel Ortega, da Nicarágua, Lula “quer se converter em representante dos ianques”. Chamou-o de bajulador dos Estados Unidos. Prejuízo por todos os lados.

Além disso, o PT, partido de Lula, reconheceu imediatamente a vitória de Maduro, antecipando-se até à certificação do Supremo venezuelano. Contrariar Maduro, Ortega e o PT? Impasse de Lula.

A Colômbia, onde estão três milhões de refugiados venezuelanos,

e o Brasil supostamente ainda esperam convencer Maduro. A que? Lula já disse que a eleição foi normal, que a oposição insatisfeita pode recorrer à Justiça e que se faça outra eleição (até que Maduro ganhe?). Tentando não ficar tão mal, admitiu mais tarde que o regime da Venezuela é “muito desagradável”, e que é preciso mostrar as atas. Insistiu com o presidente colombiano Gustavo Petro que é preciso mostrar as atas, o que foi proibido pelo Supremo.

O vencedor, Edmundo González, teria que se apresentar, ontem, ao Ministério Público, para explicar a página da oposição que mostra os resultados em 82% das urnas. O MP considera isso uma usurpação de competência, alegando que só o CNE, Conselho Eleitoral, pode mostrar

o resultado. Só que não mostra. Porque, se mostrar, vão ver que Maduro perdeu.

### Foro de São Paulo

Lula e Fidel Castro fundaram o Foro de São Paulo, em 1990, no âmbito do PT. Ainda faltavam dois anos para o tenente-coronel paraguaense Hugo Chávez tentar o poder por um golpe de Estado, em fevereiro de 1992. Foi condenado e preso. Em fevereiro de 1999, foi eleito presidente. Em 2003, perguntei ao então ministro José Dirceu como lidar com Chávez, que já era conhecido por suas bravatas. Ele respondeu-me — não recorde as palavras exatas — que seria como lidar com um desequilibrado.

Em 2008, Chávez criou, com Lula, em Brasília, a Unasul (União das

Nações Sul-americanas). O ex-presidente Jair Bolsonaro tirou o Brasil da Unasul e Lula o pôs de volta, no ano passado, anunciando que precisa reconstruir a entidade.

No início de seu governo, em Brasília, Lula tentou “vender” Maduro para os colegas sul-americanos na reunião da Unasul, o que irritou alguns, como o esquerdista Gabriel Boric — que, agora, denuncia a fraude eleitoral na Venezuela.

A situação parece impossível de ser solucionada. Lula foi longe demais com Maduro e, agora, está diante desse impasse. Para nós, brasileiros, oportunidade para refletir. Lembrem de quando Maduro ironizou nosso sistema eleitoral? “No Brasil, nem um único boletim de urna é auditado”. Pois, agora, ele está pagando por isso. Não pode mostrar as atas, porque elas revelam que

perdeu. A auditoria em tempo real, por leitura de QR Code, permitiu que a oposição e o Centro Carter, convidado pelo Acordo de Barbados, acessassem o resultado. Agora, o Supremo venezuelano proibiu mostrar, mas já é tarde.

Aqui no Brasil, buscamos mais segurança depois do caso Proconsult, que quase derrotou Leonel Brizola. Por três vezes, o Congresso aprovou o comprovante do voto digital. Projetos de Roberto Requião e Brizola Neto; de Flávio Dino e Brizola Neto; e de Bolsonaro. Os dois primeiros sancionados por Fernando Henrique Cardoso e Lula, o terceiro vetado por Dilma Rousseff, com o veto derrubado por 71% do Congresso.

Mas, por três vezes, o Supremo Tribunal Federal (STF) não deixou. E nós, em breve, teremos eleição.